

# PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 9/10 • 1993

DIRECTOR  
A. M. HESPANHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCITE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História  
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: «Monarchia de España», *Dialogo llamado Phelippino*, ms. da Biblioteca do Escorial.

© EDIÇÕES COSMOS  
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Fotolitos: Joerma - Artes Gráficas, Ldª  
Impressão: Litografia Amorim

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Fevereiro de 1993

Depósito Legal: 49152/91

ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: (1) 796 97 13

# O Pensamento Económico na Época da Restauração

José Luís Cardoso

ISEG da Universidade Técnica de Lisboa

## I. Introdução

1. Esta comunicação tem por objectivo discutir o significado de algumas das reflexões económicas produzidas por autores portugueses ao longo do período que *grosso modo* corresponde ao desenvolvimento e epílogo da Guerra da Restauração. Procuraremos apresentar as principais características do discurso económico da segunda metade de seiscentos, servindo-nos dos testemunhos legados por três dos seus mais representativos autores: padre António Vieira (1608-1697), Manuel Severim de Faria (1583-1654) e Duarte Ribeiro de Macedo (1618-1680).

Não se pretende levar a cabo uma análise exaustiva e pormenorizada do conjunto da obra destes autores. Apenas se procura evidenciar os contributos fundamentais que integram as suas reflexões de índole económica e, ao mesmo tempo, proporcionar elementos para uma reavaliação crítica das leituras que lhes têm sido privilegiadamente dedicadas. O propósito é reconhecidamente limitado e os resultados não se pretendem definitivos. Trata-se, assim, de um ensaio preliminar a exigir posterior aprofundamento e verificação.

2. É bem conhecido o teor da sondagem sergiana sobre o pensamento económico português seiscentista<sup>1</sup>. Através dela se alicerça uma visão mítica acerca dos grandes desígnios nacionais (da «fixação» e do «transporte», da «decadência» e do «ressurgimento», da «crise de inteligência» e do «corregimento de mentalidades»), buscando António Sérgio complicitades para a reflexão que lhe interessava fazer sobre os dilemas da sociedade em que viveu. Pouco sensível aos imputáveis vícios de anacronismo, o autor não evita a atitude de veneração dos mestres que chama em seu auxílio. De acordo com as suas palavras, cuja exemplaridade dispensa comentários: «Os homens lúcidos, observadores, que viveram em Portugal nesses tempos da tradição, carpiam-se dos *mesmos* males de que nos queixamos actualmente»; o que o levava a concluir que «o reformismo português, desde aí até agora, será o desenvolvimento dos princípios que defenderam nas suas obras» [Sérgio, 1924, pp. vi e xlviii].

É igualmente conhecida a postura epistemológica de Armando Castro quanto à interpretação do sentido do pensamento económico português, designadamente no

que se refere ao período histórico aqui em abordagem<sup>2</sup>. Um incessante rigor determinista leva Castro a uma sistemática — mas nem sempre fundamentada — aproximação entre a dinâmica económica e social protagonizada por classes sociais de interesses divergentes ou antagónicos e a consciência revelada de tais interesses sob a forma de princípios doutrinários e ideológicos. Aplicando a receita ao século XVII, considera Castro que: «já nesta época se pode detectar não só a expressão de ideologias diferentes (...), mas ainda um certo peso específico de ideologias não dominantes dotadas de certa objectividade e, antes de mais nada, da ideologia reflectindo os interesses, aspirações e objectivos da burguesia seiscentista, não obstante ser inegável que a sua importância e crescimento continuavam fortemente limitados, subordinando-se à ideologia da classe senhorial dominante» [Castro, 1978, p. 34].

As duas visões aqui sinteticamente apresentadas não esgotam o leque das possibilidades interpretativas do pensamento económico português do século XVII<sup>3</sup>. Mas são dois bons exemplos de abordagem que julgamos merecerem revisão crítica.

3. A historiografia do pensamento económico é atravessada por um eterno dilema, feito de interrogações acerca da melhor forma de se exercitar o ofício. Os caminhos da reconstrução histórica apresentam-se diversos e não se afigura plausível a aceitação de um critério universal aferidor da maior ou menor legitimidade deste ou daquele procedimento de análise. Quando se isola um objecto concreto de estudo, quando se está diante de um autor ou de um tema específico procurando avaliar ou verificar como à sua volta se indiciam sinais reveladores de modos de pensar a realidade económica, é óbvio que os registos empíricos são captados e construídos em função de figurinos interpretativos previamente modelados. Desta regra não escapa a proposta metodológica que julgamos mais adequada e que tentaremos aplicar nesta breve incursão às características do pensamento económico português da segunda metade do século XVII.

Recusando à partida qualquer fundamentação exógena da coerência dos discursos económicos produzidos neste período<sup>4</sup>, conduziremos a análise em torno de duas preocupações fundamentais: em primeiro lugar, a reconstrução conceptual dos processos de interpretação de fenómenos económicos que denotam a formação de um campo estruturado de saberes; em segundo lugar, a reconstituição histórica da emergência desses processos que nos revelam a presença de problemas e a premência de soluções que fazem do discurso económico (também) um instrumento de acção prática.

4. António Vieira, Manuel Severim de Faria e Duarte Ribeiro de Macedo constroem as suas reflexões individualizadas a partir da identificação dos males que em seu entender afectavam a situação económica do reino recém-liberto da tutela de Espanha. Se o estabelecimento da paz e o reconhecimento da legitimidade política da monarquia portuguesa constituíam objectivos prioritários, nos anos que se seguem a 1640, era também indispensável providenciar as condições para uma efectiva restauração económica e financeira, sem a qual o processo de independência não

se poderia concluir. O estado caótico dos sistemas de produção agrícola e manufatureira e dos circuitos internos de comercialização e de abastecimento (profundamente abalados pela conjuntura de guerra vivida até 1668), a posição desfavorável que Portugal ocupava nas relações comerciais com o exterior e o deficiente aproveitamento dos recursos coloniais, eram motivos de sobra que justificavam a apresentação de alvites e propostas visando uma restauração plena.

É sobre este pano de fundo — cujas particularidades não é nossa intenção discutir — que se erguem dos testemunhos activos dos autores em presença. O estudo das suas obras permite um melhor entendimento dos estímulos e bloqueios a que o Portugal restaurado estava sujeito.

## II. Restauração e Comércio

1. A multifacetada obra e carreira pública do padre António Vieira integra um significativo conjunto de reflexões de natureza económica<sup>5</sup>. Apesar de os seus escritos que mais claramente reflectem essa faceta serem determinados por uma motivação aparentemente extra-económica — o problema da integração social dos cristãos-novos — o autor acaba por lhes introduzir uma dimensão reveladora da ponderação dos factores de que dependeria a restauração económica do reino.

Merece ser destacada a forma como clarifica os seus pontos de partida: a conservação e progresso do reino dependia de circunstâncias externas e internas que o autor classifica sob a designação, respectivamente, de *poder alheio* e *poder próprio* [Vieira, 1643, pp. 1-3]. Quanto ao *poder alheio*, associa-o à «diversão que fazem a Castela as armas de França», considerando que «enquanto ela durar parece que estaremos seguros como até agora», mas alertando para o facto de «por muitas e mui eficazes razões se deve considerar pouco durável» [ibid].

Daqui conclui Vieira que a vulnerabilidade portuguesa em relação ao poder alheio, beneficiando de um equilíbrio conjuntural que só provisoriamente lhe era favorável, exigiria uma acrescida atenção sobre o *poder próprio* dos recursos e capacidades nacionais, alicerce seguro do edifício da Restauração.

Todavia, o diagnóstico da situação interna é apresentado em tons demasiado cinzentos. Os recursos financeiros disponíveis, conseguidos à custa de medidas fiscais de carácter extraordinário, não eram suficientes para satisfazer as exigências de uma eventual guerra prolongada, pelo que não era de estranhar a ausência de estruturas e meios adequados de defesa do território. E os argumentos de António Vieira naturalmente desembocam na formulação dramática da seguinte interrogação: «Se a pouca oposição que nos faz o inimigo nos consome de todo o cabedal, e ainda são necessários empréstimos, que seria se Castela metesse em Portugal todo o seu poder?» [Vieira, 1643, p. 6].

2. A possibilidade de mobilização de recursos internos, de modo a serem superadas as expectativas negativas em relação ao futuro, é igualmente concebida de forma pouco animadora. O problema básico residia no esgotamento das fontes de

tributação, devido à escassez dos rendimentos provenientes das actividades de produção e de comércio, o que tornava pouco convidativa a aplicação de políticas de correcção monetária que no passado se tinham praticado. Ou seja, o acréscimo da cunhagem de moeda provocaria efeitos inflacionistas dificilmente suportados por uma população com baixos rendimentos, de fraca produtividade e sem capacidade para inverter a situação desvantajosa do comércio com o exterior. Para além de tudo isto, a coroa não conseguia satisfazer os compromissos financeiros resultantes da criação de dívida interna, com a agravante de ser necessário canalizar recursos materiais e humanos para a manutenção de campanhas militares desgastantes.

Nas palavras da época, este feixe de problemas era assim descrito pelo padre António Vieira:

«Porque as confiscações e o cunho da moeda foram acidentes que se não podem repetir; as rendas e as comendas estão empenhadas para muitos dias e anos; os juros, as tenças e os salários não se pagam com o levantamento da moeda, que cresce o preço às mercadorias e faz que os estrangeiros tragam prata em vez de drogas, com que quebram muito os direitos das alfândegas; as terras das fronteiras, infestadas do inimigo, deixam de se cultivar por muitas léguas; as lavouras e as artes, levando-lhes os oficiais e lavradores para a guerra, se diminuem; o que tudo vai consumindo e atenuando as forças do reino com passos tão largos que em poucos anos não poderão os homens manter as vidas, quanto mais pagar os tributos e sustentar as despesas de guerra» [Vieira, 1643, pp. 6-7].

3. Sem abdicar dos hábitos de púlpito, Vieira apropria-se das vestes de analista económico para melhor fazer ouvir a sua mensagem redentora. Neste caso, o sermão organiza-se através de uma insistência retórica na impossibilidade ou dificuldade de se manusearem instrumentos tradicionais de saneamento financeiro, para assim tornar credível uma milagrosa solução alternativa.

No seguimento do seu diagnóstico, em que todo o destaque é dado à ausência de cabedais indispensáveis ao financiamento das actividades de produção, de comércio e, sobretudo, de defesa, António Vieira pondera a circunstância de que «por todos os reinos e províncias de Europa está espalhado grande número de mercadores portugueses, homens de grandíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio e riquezas do mundo» [Vieira, 1643, p. 8] e propõe que sejam estabelecidas condições e garantias favoráveis ao seu regresso e exercício de actividade.

A reintegração dos cristãos-novos criava problemas e era fonte de conflitos institucionais que o padre António Vieira não ignorava nem temia, dedicando-se a um esforço persuasivo de argumentação canónica e política, com o intuito de mostrar os benefícios resultantes do aproveitamento dos recursos financeiros e do espírito empreendedor dos judeus portugueses espalhados pela Europa.

Alguns anos mais tarde, num texto em que aponta alguns inconvenientes da Inquisição e em que propõe medidas para a sua reforma, as repercussões económicas

da saída dos judeus do reino são avaliadas de forma negativa, devido às «grandes quebras no comércio, não só pelos negociantes que se passaram a outros reinos, nem pelos que vivendo neste reino se retiraram da praça, para não serem conhecidos, mas pelos mesmos que seguem a mercancia trazerem a sua fazenda divertida por partes aonde a têm segura, e porque os estrangeiros pelos mesmos receios a não querem fiar dos que cá vivem» [Vieira, 1646a, p. 29]. Com base neste pressuposto, resultam plenamente justificadas as suas propostas de concessão de liberdade económica e de abolição do sistema de confiscação dos bens dos judeus (muito em particular dos capitais móveis).

4. O apelo insistente que Vieira faz ao reconhecimento público da legitimidade e importância da acção dos cristãos-novos inscreve-se numa preocupação global de reabilitação das actividades mercantis. É neste sentido que deve ser interpretada a sua proposta para que se «fizesse nobre a mercancia, de maneira que não só não tirasse mas desse positiva nobreza, ficando nobres todos os homens que fossem mercadores, não só os que se chamam de sobrado, senão também os de vara e côvado, com que muitas pessoas de maior qualidade e cristãos-velhos se aplicariam ao exercício mercantil, em grande utilidade do reino» [Vieira, 1646a, pp. 49-50].

Verificamos, pois, que a sua benevolência para com os judeus não se fundamenta apenas na análise prévia sobre o enquadramento do *poder alheio* e sobre as vicissitudes do *poder próprio*. Ela é também resultado de uma atitude favorável à nobilitação dos mercadores e negociantes em geral e, mais importante do que isso, de um pressuposto de interpretação do comércio como elemento estimulante e unificador da actividade económica no seu conjunto.

Apesar de o padre António Vieira não proceder a análises ou considerações doutrinárias aprofundadas acerca das vantagens de uma balança comercial positiva<sup>6</sup>, os seus escritos revelam aceitação e plena consciência da importância de tal requisito. Com efeito, considera o autor que «Portugal não se pode conservar sem muito dinheiro, e para o haver não há outro meio mais eficaz que o do comércio» [Vieira, 1643, p. 14], o mesmo é dizer que seria necessário garantir o fluxo e a acumulação de moeda metálica resultante de uma actividade comercial vantajosa. Outros indícios dessa visão acerca do papel motor do capital mercantil (ou do seu signo representativo) figuram nas suas propostas para a criação de duas companhias de comércio que assegurariam o controlo do tráfego de mercadorias do Brasil e do Oriente<sup>7</sup>.

Tais companhias eram concebidas como instrumentos de oposição ao domínio comercial holandês e constituiriam factor privilegiado de atracção dos capitais dos cristãos-novos. Por seu intermédio se concretizaria o único processo capaz de proporcionar um benéfico incremento das relações de troca, dada a manifesta impossibilidade de se valorizar a produção nacional destinada a exportação e de se diminuir a importação de bens essenciais. Ou seja, através das companhias «frequentar-se-ão mais as nossas conquistas, descobrir-se-ão nelas novos tesouros, que a falta de cabedal e indústria tem sepultado, e crescerá o valor das nossas drogas e abaterá o dos estrangeiros» [Vieira, 1646b, p. 69].

Outras provas adicionais do relevo que Vieira atribui ao capital mercantil canalizado pelos cristãos-novos são, por um lado, as alusões a um mais fácil acesso ao crédito por parte da generalidade dos mercadores portugueses e, por outro lado, a proposta concreta de criação de um banco «como o de Amsterdão, em grande utilidade pública e dos particulares, e quando menos haverá grande quantidade de dinheiro a câmbio, de que Vossa Majestade se poderá ajudar nos casos de necessidade, sem carregar os povos com demasiados tributos» [Vieira, 1646b, p. 67].

Na parte final deste excerto reencontramos o núcleo original das cogitações económicas do autor: o recrudescimento da actividade mercantil poderia ser o elemento essencial da restauração económica do reino, mas era, acima de tudo, um meio de saneamento financeiro e de reforço do poder do Estado. Sem as receitas fiscais que as alfândegas filtravam as batalhas da Restauração seriam uma guerra perdida.

Para o padre António Vieira o caminho do progresso cumprir-se-ia por rotas comerciais. Um último e mais flagrante testemunho assim o demonstra: «Por falta de comércio se reduziu a grandeza e opulência de Portugal ao estado em que Vossa Majestade o achou, e a restauração do comércio é o caminho mais pronto de o restituir ao antigo e ainda mais feliz estado» [Vieira, 1643, p. 15]. Esta opinião, todavia, não viria a ser partilhada pelos autores que analisaremos de seguida.

### III. População e Subsistências

1. A posição de Manuel Severim de Faria face aos problemas económicos que afectavam o reino difere nitidamente da que fora assumida pelo padre António Vieira. Uma primeira diferença refere-se à praticamente inexistente alusão ao contexto político e militar da época da Restauração. Mas a mudança de perspectivas que aqui nos interessa sobretudo reter é a que diz respeito ao modo como são avaliados os factores e instrumentos do progresso económico. Para Severim de Faria o problema fundamental consiste em encontrar os remédios mais adequados para a falta de gente do reino, elegendo a população como tema central de análise<sup>8</sup>.

Começa o autor por constatar a diminuição da população do reino que, em seu entender, se ficava a dever à atracção exercida pelas conquistas, à permanência de uma ociosidade urbana não absorvida pelas artes e manufacturas e à ausência de incentivos à fixação das gentes nas zonas rurais. Neste contexto explicativo, merece especial referência a relação que estabelece entre o fenómeno da emigração e a estrutura de posse e utilização da terra. Segundo as suas palavras: «Porque sendo as herdades de muitas folhas, ficam de ordinário as três partes delas por semear, faltando por esta causa os muitos frutos que se delas poderão colher e a comodidade que poderão dar a tantos homens que não acham lugar onde poder fazer um recolhimento em que se metam; e por isso se embarca tanta gente para fora da barra, obrigando-os a necessidade a ir buscar terras em que vivam a outras partes do mundo, pois lhe faltam em sua própria pátria» [Faria, 1655, pp. 191-2].

A lamentação do despovoamento constitui-se em argumento de suporte de uma estratégia populacionista, de acordo com os pressupostos de interpretação das

vantagens de uma população numerosa. De facto, Severim de Faria parte de uma visão instrumentalista do problema, considerando a população como factor que garante a criação da riqueza e a conservação do Estado. Mais população significa melhores oportunidades de obtenção de receitas fiscais: «Da muita gente se colhe a riqueza do Príncipe pelos direitos que se pagam dos frutos da terra, obras de mãos e mercancias» [Faria, 1655, p. 173]. Mais população significa também estímulo acrescido das actividades económicas e garantia adicional da defesa e protecção do Estado: «Pela qual razão fica claro que onde houver muita gente haverá muita agricultura, muitas artes, muita mercancia e muitos soldados, que são as quatro cousas em que se funda e consiste a grandeza, o poder e a felicidade de um reino» [Faria, 1655, p. 174].

No entanto, quando o autor procede à apresentação dos remédios que deveriam ser accionados para que o desejado crescimento demográfico pudesse ter lugar, verifica-se uma significativa atenuação do papel determinante desempenhado pela população.

2. Com efeito, Severim de Faria parece abdicar da leitura tradicional do princípio populacionista, deixando a população de ser encarada como instrumento de um processo de obtenção de subsistências para passar a ser entendida como seu sucedâneo. Esta inversão nas relações de causalidade reveste particular importância uma vez que assinala o início do desenvolvimento de uma abordagem *económica* do problema demográfico. Antes de discutirmos este significado, vejamos quais os principais passos da argumentação do autor.

Severim de Faria considera que para a população poder aumentar seria indispensável garantir o desenvolvimento de formas de ocupação produtiva. Assim se providenciaria a interrupção dos fluxos de emigração, se atrairiam gentes de outros lugares e se elevaria o nível de rendimento que condiciona a expansão demográfica. Muito influenciado pela leitura das obras do italiano Botero<sup>9</sup>, e certamente também pelo conhecimento da literatura económica espanhola contemporânea<sup>10</sup>, Severim de Faria aceita o primado do desenvolvimento da indústria e atribui-lhe o principal papel propulsor do crescimento populacional. Assim, e seguindo à letra Botero, afirma que: «Não há cousa que importe mais para fazer uma província numerosa de habitantes e rica de todos os bens, que a multidão das artes, das quais umas são necessárias, outras cómodas, à vida civil, porque delas se segue o grande concurso de gente que, ou trabalha, ou meneia o trabalho, ou administra a matéria aos trabalhadores, compra, vende e leva as obras de um lugar a outro. De maneira que importa muito mais a indústria do homem para fazer um lugar populoso, que não a fertilidade do terreno, porque as cousas produzidas da indústria humana são muitas mais, e de muito maior preço, que as cousas geradas pela natureza» [Faria, 1655, pp. 206-7].

Todavia, não deixa de dar atenção aos estímulos também originados pela reorganização da produção agrícola, manifestando-se a favor de uma modificação da estrutura e dimensão da propriedade na província do Alentejo. Em seu entender, a

razão do despovoamento «é por estar todo o Alentejo dividido em herdades, das quais os lavradores não são senhores mas somente arrendadores; e ainda que muitos homens desejem fazer casas novas nas mesmas herdades, não lhe podem os lavradores para isso dar licença; mas antes, quando os senhorios o querem, eles o não consentem, pelo dano que temem que os tais moradores lhes hão-de fazer nas suas searas (...). Pelo que, para a povoarem não será necessário haver força, porque, se derem aos homens terras e algum modo de cómodo para o princípio, de sua vontade haverá muitos que folguem de se vir viver a estes novos lugares» [Faria, 1655, pp. 220-1].

Através destes exemplos podemos concluir que o problema populacional passa a revestir uma dimensão involuntariamente subalterna. Quer isto dizer que o eixo discursivo do texto de Severim de Faria sofre uma deslocação e que os seus esforços se centram agora na indicação dos meios que, no quadro de uma opção por excelência industrialista<sup>11</sup>, favoreceriam a instalação e o desenvolvimento das artes e manufacturas no reino. Entre tais meios que o autor aponta, socorrendo-se uma vez mais da inspiração directa de Botero, destacam-se os seguintes: proibir a saída de matérias-primas, «trazer oficiais excelentes de outras províncias, e dar-lhes salários e comodidades convenientes, favorecer os bons engenhos, e estimar as invenções e as obras que participam do singular e do raro, e sinalar prémios à perfeição e excelência» [Faria, 1655, pp. 208-9].

E o raciocínio de Severim de Faria desemboca naturalmente na estimação das vantagens da introdução ou crescimento das manufacturas, tendo em vista os objectivos de equilíbrio da balança de comércio e de reforço dos rendimentos da coroa. Em suma, a política industrial seria um meio de acréscimo das subsistências do qual em última instância dependeria o possível e desejado aumento da população do reino.

3. Vejamos então qual o significado implícito que esta abordagem encerra.

Ao centrar a sua análise nos factores que determinam a expansão demográfica (transpondo a primitiva referência aos efeitos de uma população numerosa), Severim de Faria coloca a questão *económica* essencial de saber se existem ou não limites a essa expansão, impostos pelos recursos e meios de subsistência disponíveis num dado momento. O seu diagnóstico acentua o estado de sub-utilização das capacidades produtivas e assinala as potencialidades de incremento das actividades económicas, em especial no sector das artes e manufacturas, pelo que não seriam de esperar quaisquer dúvidas acerca das possibilidades de crescimento da população. Para além disso, o próprio diagnóstico incorporava a constatação de um forte despovoamento ditado pela falta de estímulos à ocupação produtiva das gentes do reino.

Assim sendo, a expansão demográfica induzida pela melhoria de obtenção de subsistências transformar-se-ia ela também num factor adicional de progresso económico. E desta forma se completa um ciclo de interdependência funcional entre população e subsistências, que no texto de Severim de Faria se revela de forma velada mas que está inequivocamente presente.

Recorde-se que esta problemática viria a constituir elemento essencial da estruturação do discurso doutrinal e teórico da economia política clássica (designadamente no que se refere à conceptualização do crescimento económico), que no seu seio incorporou as célebres reflexões de Malthus neste domínio. As possibilidades de crescimento da população face aos recursos e meios de subsistência existentes seriam então perspectivadas de forma bem diferente; mas o problema básico em discussão continuava a ser o mesmo. Por tal razão, parece-nos lícito concluir que o texto de Manuel Severim de Faria, independentemente das influências exteriores que assimilou, constitui um bom exemplo de análise de uma relação conceptual de grande importância no processo de formação da ciência económica. O manuseamento dessa relação permitiu-lhe superar o tratamento da população em termos puramente ético-políticos e serviu-lhe de fundamento das medidas que preconizou para a restauração económica do reino.

#### IV. Indústria e Balança de Comércio

1. As reflexões económicas de Duarte Ribeiro de Macedo<sup>12</sup> são também permeadas por uma concepção da relação população-subsistência análoga à que acabámos de estudar a propósito da obra de Severim de Faria. A unidade de pontos de vista dos dois autores deriva sobretudo do entendimento que fazem do processo de industrialização enquanto factor condicionante do crescimento demográfico. Com efeito, afirma Ribeiro de Macedo que: «Vemos enfim, por experiência, que as terras onde as artes mais florescem são as mais povoadas. (...) A razão é que as cidades não crescem mais que o número da gente que o seu território pode sustentar» [Macedo, 1675, pp. 302-3]. E este autor partilha também da opinião de Severim de Faria acerca do papel das artes e manufacturas na ocupação produtiva dos ociosos e na prevenção da emigração: «Da mesma sorte haverá abundância de oficiais e obreiros em todas as artes que de novo se introduzirem, e se ocuparão nelas todos aqueles que a necessidade ou falta de ocupação faz sair da sua pátria» [Macedo, 1675, pp. 297-9].

Saliente-se, contudo, que para Duarte Ribeiro de Macedo o problema populacional não é *o* mas sim *um* dos problemas cuja solução seria conseguida por intermédio da política industrial. A introdução das artes é um remédio de mais largo espectro que envolve a generalidade da restauração económica e também político do reino, conforme testemunha a seguinte exclamação: «Oh! queira a Providência Divina que não seja castigo em nós a dilação do remédio, assim como parece castigo nos castelhanos, e que nos livre da ruína que nos ameaça, assim como nos livrou da sua sujeição» [Macedo, 1675, p. 266].

Dada a grande amplitude do remédio, parece oportuno ponderar as razões que, para Ribeiro de Macedo, o tornavam imprescindível.

2. O ponto de partida do autor é a verificação do estado deplorável das relações comerciais com o exterior que se traduzia pela ocorrência do mais grave sinal de fragilidade económica: a saída de dinheiro do reino. Na melhor tradição mercantilista, Ribeiro de Macedo orienta o seu discurso no sentido de demonstrar quais os

meios que deveriam ser accionados para que a balança de comércio se equilibrasse, assim se evitando o pagamento em dinheiro do excesso de importações.

Refira-se, a este propósito, que a verificação do «estado pobre de comércio»<sup>13</sup> se baseia numa certeza intuitiva que o autor gostaria de ver confirmada através de informação estatística sistematizada. Assim, «seria conveniente que Sua Alteza mandasse fazer a conta do que entra no reino de fazendas estrangeiras e valor delas, e do valor dos géneros e fazendas que os estrangeiros tiram, com distinção particular para averiguar a verdade infalível deste discurso» [Macedo, 1675, p. 261].

Mas a convicção de Ribeiro de Macedo era fundamentada num conhecimento pormenorizado dos tipos de géneros introduzidos em Portugal pelas principais nações europeias e numa interessante análise qualitativa dos hábitos e padrões de consumo de alguns sectores da população portuguesa. O seguinte excerto ilustra bem essa espécie de vocação sociológica do autor:

«A melhor prova do muito que metem no reino, e do grande preço que excede o que metem ao que tiram, será o exemplo que cada um de nós pode fazer em si mesmo. Qual há de nós que traga alguma coisa feita em Portugal? Acharemos (e não ainda todos) que só pano de linho e sapatos são obras nossas. Chapéus, já se desprezam os nossos, e não se estima homem limpo o que não traz chapéu de França. Não digo já a nobreza e os seculares (a que o luxo e estimação errada que se faz das cousas estrangeiras podia fazer desprezar as naturais) mas os mesmos religiosos se vestem comumente todos de sarjas e panos de fábricas estrangeiras. Feito este reparo, veremos facilmente que não temos drogas, frutos nem fazendas com que comutar esta prodigiosa consumpção que fazemos no reino e nas conquistas» [Macedo, 1675, p. 256].

Perante estes dados de análise, o autor refuta as soluções tradicionalmente apontadas para se contrariar o défice da balança comercial (leis proibitivas da saída de dinheiro ou políticas de valorização monetária<sup>14</sup>) e apresenta o já referido e único remédio que se revelaria eficaz: «O único meio que há para evitar este dano, e impedir que o dinheiro saia do reino, é introduzir nele as artes» [Macedo, 1675, p. 270].

3. O industrialismo de Ribeiro de Macedo foi fortemente influenciado pela política económica de Colbert, cujos efeitos teve oportunidade de acompanhar durante o período em que exerceu funções diplomáticas em Paris (entre 1668 e 1677)<sup>15</sup>. Disso é prova a apresentação que faz dos instrumentos de protecção manufactureira que permitiriam que os produtos portugueses obtivessem vantagens concorrenciais significativas. Entre tais instrumentos merecem destaque: «a proibição rigorosa de saírem do reino os materiais que se podem lavar nele», a concessão de «dez anos de isenção de direitos a qualquer artífice que intentar alguma fábrica nova», a atribuição de prémios «de pensão aos artífices que melhor obrarem este ou aquele género» e, de uma forma genérica, incentivos especiais à produção de lanifícios [Macedo, 1675, pp. 275-7].

O último tópicos referido é revelador da ligação estreita entre as reflexões e propostas de Duarte Ribeiro de Macedo e as orientações de política económica

aplicadas pelo 3º Conde da Ericeira. A sua influência política foi notória e o apoio doutrinal que prestou às medidas industrializantes levadas a cabo no último quartel de seiscentos viria a ser sistematicamente reconhecido como prova do seu empenho na restauração económica do reino.

Mas os seus méritos não se situam apenas nos planos político e doutrinal. Também no plano teórico-analítico nos legou o autor claros indícios de uma percepção cuidada das relações funcionais entre diversos sectores de actividade económica. É o que podemos constatar pela leitura do seguinte excerto no qual se discute o significado do fenómeno da circulação monetária:

«O dinheiro nos reinos tem a qualidade que tem o sangue no corpo de alimentar todas as partes dele; e para o alimentar anda em uma perpétua circulação, de sorte que não pára senão com a inteira ruína do corpo. Isto mesmo faz o dinheiro: (...) pelas artes passa aos mercadores; dos mercadores a todo o género de ofícios e mãos por onde correm os materiais que põem em obra a arte; destas mãos às dos lavradores, pelo preço dos frutos da terra para sustento de todos; dos lavradores aos senhores das fazendas; e das mãos de todos, pelos tributos, ao património real. Desta sai outra vez pelos ordenados, tenças, sustento de soldados, armas, fábrica de naus, de edifícios, de fortificações, etc.. Quando esta circulação do dinheiro se faz no reino serve de alimentar o reino; mas quando sai do reino faz nele a mesma falta que o sangue quando sai do corpo humano. Este exemplo não tem nada de ficção nem de adorno: é tão natural em uma como em outra parte» [Macedo, 1675, pp. 293-4].

A analogia entre circulação monetária e circulação sanguínea<sup>16</sup> funciona aqui como pretexto explicativo do fluxo contínuo do dinheiro e do papel que este representa na aproximação e interdependência dos diferentes órgãos da vida económica. O objectivo imediato de Ribeiro de Macedo era o de explicar a necessidade de estancar a hemorragia de dinheiro, motivada pelas razões já conhecidas. No entanto, o alcance das suas observações resulta ampliado quando recusa uma avaliação da importância do dinheiro pela sua retenção nos cofres do Estado. Registemos de novo as suas palavras que são, a este propósito, bem elucidativas: «Suponhamos que um príncipe entesoura todo o dinheiro que lhe tributa e rende o seu Estado; é certo que em poucos anos o esgota, e que faltará aos pobres e ricos com que o tributar e alimentar-se. Esta é a razão porque os políticos aconselham aos príncipes que, não tendo em que gastar, e não saindo de minas o seu tesouro, fabriquem palácios: porque para o dinheiro entrar nas mãos do príncipe, é necessário que saia» [Macedo, 1675, p. 294].

Ao repudiar o entesouramento, Duarte Ribeiro de Macedo revela-nos uma concepção da circulação monetária enquanto elemento dinâmico de uma economia, uma vez que favorece a realização de um maior número de transacções e que estimula o desenvolvimento das actividades produtivas e de formação da riqueza. Outras razões não houvesse, esta seria sem dúvida suficiente para justificar o lugar de relevo que o autor ocupa no pensamento económico português da segunda metade do século XVII.

## V. Conclusão

1. Os três autores aqui estudados constroem percepções diferenciadas sobre os objectos económicos que lhes suscitam curiosidade e lhes sugerem transformação. Balança de comércio, moeda, impostos, população, indústria, são elementos de presença comum e regular mas que são submetidos a processos cognitivos distintos que, naturalmente, se prolongam em propostas autónomas para o trajecto económico da Restauração.

Em António Vieira, as soluções preconizadas são a consolidação do capital mercantil e a reorganização do comércio de longa distância, cujo êxito dependeria da boa utilização dos recursos empreendedores dos cristãos-novos. Severim de Faria e Ribeiro de Macedo parecem partilhar uma mesma doutrina relativamente às virtudes da introdução e melhor apetrechamento das artes do reino, mas as suas conclusões decorrem de uma diferente avaliação dos problemas que por essa via seriam remediados (estímulo ao crescimento populacional, no primeiro autor; balança de comércio vantajosa e prevenção da saída de dinheiro, no segundo).

A reconstituição dos principais elementos que compõem o discurso económico de cada um destes autores, tendo em atenção as circunstâncias históricas em que se enquadram, faz transparecer uma diversidade de pontos de vista que parece confirmar a tese habitualmente propalada acerca do significado da literatura económica da era mercantilista, ou seja: o teor disperso de reflexões de natureza eminentemente doutrinal e política instrumentalizadas em benefício dos interesses de grupos sociais em crescimento (burguesia comercial e manufactureira) e em reforço do poder dos Estados nacionais. Neste sentido, os autores portugueses dar-nos-iam um bom exemplo de diversas modalidades e práticas mercantilistas que haviam conhecido o seu desenvolvimento típico noutros quadrantes europeus.

Todavia, a aplicação deste tipo de interpretação ao caso português em análise merece algum reparo<sup>17</sup>. Porque se por um lado é um facto que não existe uma identidade plena de perspectivas nos escritos de António Vieira, Severim de Faria e Ribeiro de Macedo, por outro lado é visível a presença de uma temática unificadora dos seus pontos de vista. Ou seja, a descontinuidade das reflexões que produzem acaba por constituir um campo específico de experiência, saber e acção, cuja coerência deriva da interligação de sentidos que buscam uma mesma finalidade: pensar o estado económico do reino, ponderar as suas potencialidades e traçar orientações estratégicas adequadas.

Restauração, desenvolvimento, progresso, são expressões que enquadram bem essa finalidade dos sentidos que o pensamento económico português da segunda metade do século XVII percorre. Terão daí resultado alguns sucessos? Terão obtido continuidade?

2. A abordagem que fizemos pôs deliberadamente de lado a análise do grau de fidedignidade das premissas que enquadram as propostas de restauração económica. Procurámos atender à interacção existente entre as circunstâncias históricas dadas e

os procedimentos de elaboração do discurso doutrinal e político; procurámos também reconstruir a estrutura interna de formação de algumas ideias e conceitos, sem esquecer que o trabalho teórico era influenciado pelos problemas práticos em discussão. Porém, não cuidámos particularmente da verificação factual ou empírica desses processos de consciencialização do real.

Estaria o comércio colonial arruinado? Teriam os cristãos-novos possibilidade ou capacidade financeira para o pôr de pé? Estaria o reino despovoado? Seria tão escassa a dotação de recursos? Estaria desequilibrada a balança de comércio? Poderia a indústria saldar a decadência? Estas e outras perguntas ficaram sem resposta, o que é sintoma claro de que um estudo como este — centrado na perspectiva específica da história do pensamento económico — necessita ser complementado através do recurso a outros instrumentos e metodologias de análise histórica.

Mas o problema que agora se põe é o de saber qual a repercussão concreta das medidas preconizadas pelos autores que estudámos. Transpondo o horizonte temporal dos seus escritores, constatamos a ocorrência de dois acontecimentos que viriam a ter uma importância decisiva no desenvolvimento da economia portuguesa (e também do pensamento económico) ao longo do século XVII: o Tratado de Methuen e a descoberta do ouro do Brasil. À luz das interpretações vulgarizadas, tais acontecimentos representaram um rude golpe nas aspirações desenvolvimentistas e sobretudo industrialistas, dos pensadores e políticos da segunda metade de seiscentos. Todavia, não cremos provada a ideia de que a história impugnou os esforços daqueles que não podiam ter consciência do que alguns anos mais tarde viria a ocorrer<sup>18</sup>.

Parafraseando António Vieira, diríamos que o modo como se procurava alicerçar um *poder próprio* não se definia contra mas apesar de um *poder alheio*. A conjuntura política e diplomática da Guerra da Sucessão de Espanha viria a impor a reavaliação de alternativas estratégicas compatíveis com o desiderato supremo da manutenção da soberania. O futuro passava a cumprir-se por vias diferentes, pela força das novas circunstâncias, mas em obediência ao mesmo tipo de finalidade que confere identidade ao pensamento económico do Padre António Vieira, de Manuel Severim de Faria e de Duarte Ribeiro de Macedo.

Esta ideia mereceria, certamente, maior desenvolvimento. Mas isso seria recomençar uma *outra* comunicação ...

<sup>1</sup> Referimo-nos às *Nótulas Preambulares* que servem de introdução a Sérgio, 1924.

<sup>2</sup> Cf. Castro, 1978, em especial pp. 33-48.

<sup>3</sup> Propostas diferentes de interpretação encontram-se sobretudo em Magalhães, 1967 (que oferece um bom roteiro de leitura e de enquadramento histórico dos textos originais) e em J. Macedo, 1971 (que expõe sinteticamente as principais expressões do mercantilismo português, relacionando-as com as fontes estrangeiras que as influenciaram). Amzalak, 1928 (que funde quase na íntegra inúmeros folhetos avulsos anteriormente publicados) pouco mais é do que soma de registos bio-bibliográficos e compilação de citações.

- <sup>4</sup> Recorde-se que para A. Sérgio tal coerência deriva da retrospectiva das suas preocupações cívicas e políticas, ao passo que para A. Castro a coerência é o resultado de mecanismos de reprodução e reflexo ideológico dos conflitos sociais prevaletentes na época.
- <sup>5</sup> Cf. em particular Vieira, 1643, 1646a e 1646b.
- <sup>6</sup> Tal como se encontram na literatura mercantilista europeia da época, em especial a de proveniência inglesa e holandesa.
- <sup>7</sup> Esta proposta teve sucesso efémero no que se refere ao caso brasileiro; quanto à projectada companhia do Oriente, no entanto, a proposta não passou do papel. Note-se que esta temática havia já merecido entre nós uma atenção mais específica e fundamentada, nos escritos de Duarte Gomes Solis, durante o período da ocupação espanhola.
- <sup>8</sup> A principal fonte para o estudo do pensamento económico deste autor é Faria, 1655. Este texto mereceu já diversas descrições do seu conteúdo (cf. em particular Magalhães, 1967, pp. 223-37), pelo que julgamos dispensável uma apresentação pormenorizada da sequência de raciocínio do autor.
- <sup>9</sup> Trata-se de *Delle cause della grandezza della città* e de *Della ragioni di Stato*, publicadas respectivamente em 1588 e 1589.
- <sup>10</sup> Para o estudo do problema populacional no pensamento económico espanhol, cf. o esclarecedor trabalho de Rodríguez, 1984. Na interpretação do texto de Severim de Faria, retivemos algumas das sugestões analíticas contidas nessa obra.
- <sup>11</sup> Assinale-se que esta opção era também entendida como meio apropriado para solucionar os problemas da mendicidade e ociosidade urbanas.
- <sup>12</sup> A análise que se segue baseia-se em Macedo, 1675. Um resumo documentado e crítico deste texto pode ser lido em Magalhães, 1967, pp. 258-304.
- <sup>13</sup> Isto é: «quando necessita de mais fazendas e frutos do que tem para dar, porque necessariamente paga o excesso em dinheiro» [Macedo, 1675, pp. 250-1].
- <sup>14</sup> Este tipo de medidas haviam sido sobretudo advogadas pela literatura bullionista espanhola que entre nós teve, na pessoa de Duarte Gomes Solis, um ilustre representante.
- <sup>15</sup> Recorde-se que foi justamente neste período da sua carreira que escreveu o texto que temos vindo a analisar. Outras influências importantes no seu pensamento foram as obras de Botero (citadas na nota 9) e o livro de Sancho de Moncada, *Restauración política de España*, 1619.
- <sup>16</sup> Esta analogia foi na época muito utilizada pela literatura económica europeia, devido ao impacto da «descoberta» de W. Harvey, em 1628, dos mecanismos da função circulatória no corpo humano.
- <sup>17</sup> Não cabe aqui aprofundar uma análise crítica da historiografia do mercantilismo. Assinale-se apenas que a leitura mais corrente, protagonizada sobretudo por Heckscher, 1935 (que por sua vez prolonga e moderniza a tradição de análise iniciada por Adams Smith no Livro IV da *Riqueza das Nações*), tem vindo a ser objecto de sucessivas revisões críticas. Para uma panorâmica sintética das polémicas cf. Gomes, 1987, pp. 3-37. No que se refere especificamente à refutação da tese da ausência de continuidade e coesão no pensamento mercantilista, cf. Wiles, 1987.
- <sup>18</sup> Para a fundamentação da hipótese interpretativa que aqui seguimos, cf. J. Macedo, 1989, que desenvolve e actualiza uma tese que tem vindo a ser por si elaborada desde há cerca de 30 anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMZALAK, Moses B., 1928, *Do estudo e da evolução das doutrinas económicas em Portugal*, Lisboa: ed. autor.

- CASTRO, Armando, 1978, *As doutrinas económicas em Portugal na expansão e decadência* (séc. XVI a XVIII), Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- FARIA, Manuel Severim, 1655, *Notícias de Portugal*, Discurso I: *Dos meios com que Portugal pode crescer em grande número de gente, para aumento da milícia, agricultura e navegação*. In: A. Sérgio (ed.), *Antologia dos economistas portugueses — século XVII, obras em português*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924, pp. 171-240.
- GOMES, Leonard, 1987, *Foreign trade and the national economy: mercantilist and classical perspectives*, London: Macmillan.
- HECKSCHER, Eli, 1935. *Mercantilism*, London: George Allen & Unwin.
- MACEDO, Duarte RIBEIRO, 1675, *Discurso sobre a introdução das artes no reino*. In: A Sérgio (ed), *Antologia dos economistas portugueses — século XVII, obras em português*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924, pp. 241-325.
- MACEDO, Jorge BORGES, 1971, «Mercantilismo». In J. SERRÃO (dir), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais (2ª edição), Vol. III, pp. 35-9.
- MACEDO, Jorge BORGES, 1989, «Diplomacia, agricultura e comércio transitário: factores subalternizados no estudo do Tratado de Methuen». In: *Nova Economia em Portugal: Estudos em homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*, Lisboa: Universidade Nova, Faculdade de Economia, pp. 75-93.
- RODRÍGUEZ, Manuel MARTÍN, 1984, *Pensamiento español sobre la población*, Madrid: Ediciones Pirámide.
- SÉRGIO, António (ed), 1924, *Antologia dos economistas portugueses — século XVII, obras em português*, Lisboa: Biblioteca Nacional.
- VIEIRA, P. António, 1643, *Proposta feita a El-Rei D. João IV em que se lhe apresentava o miserável estado do reino e necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa*. In: *Obras Escolhidas*, Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1951, Vol. IV, pp. 1-26.
- VIEIRA, P. António, 1646a, *Proposta que fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente da nação, sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do Fisco*. In: *Obras Escolhidas*, Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1951, Vol. IV, pp. 27-62.
- VIEIRA, P. António, 1646b, *Razões apontadas a El-Rei D. João IV a favor dos cristãos-novos, para se lhes haver de perdoar a confiscação de seus bens que entrassem no comércio deste reino*. In: *Obras Escolhidas*, Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1951, Vol. IV, pp. 63-74.
- WILES, Richard C., «The development of mercantilist economic thought». In: S. T. LOWRY (ed), *Pre-classical economic thought: from the Greeks to the Scottish Enlightenment*, Boston: Kluwer Academic Publishers, pp. 147-73.